



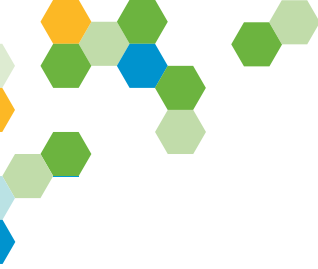
RELATÓRIO ESPECIAL

Ventos de mudança no cenário eleitoral latino- americano para 2017

Madrid, janeiro 2017

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA



I. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO
2. O REFORÇO DA GUINADA À CENTRO-DIREITA
3. CANDIDATOS ANTI-ESTABLISHMENT
4. GOVERNOS DIVIDIDOS E REFORMAS ESTRUTURAIS
5. ENFRAQUECIMENTO DAS LIDERANÇAS E PARTIDOS ALIADOS OU VINCULADOS AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI
6. CONCLUSÕES: RETRATO DE 2017 E ANTECIPAÇÃO DE 2018

Do ponto de vista eleitoral, 2017 será um ano de perfil moderadamente baixo para a América Latina: haverá apenas três eleições para eleger presidente (Equador, Honduras e Chile) e outros três comparecimentos às urnas, um de caráter legislativo (Argentina) e outros dois para renovar poderes locais em vários estados do México e em escala municipal na Nicarágua.

Portanto, este novo ano supõe uma continuidade com relação a 2015 e 2016 quanto ao baixo número de pleitos eleitorais. Em 2015 houve apenas eleições presidenciais na Guatemala e na Argentina e em 2016 renovou-se o poder executivo na República Dominicana, no Peru e na Nicarágua.

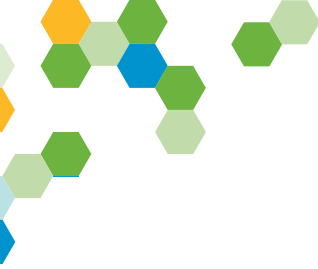
De qualquer forma, não só se deve levar em conta o número de eleições, mas a sua própria transcendência.

Assim, em 2015 a eleição de Mauricio Macri na Argentina representou o que já se percebe com um divisor de águas em torno das tendências políticas regionais com o início de um processo que pode estar levando a região a viver uma mudança do ciclo (a já famosa, mas empregada com ressalvas, “guinada à direita”) que em certos aspectos as eleições de 2016 vieram confirmar.

De igual maneira, as eleições em 2017 vão contribuir para desenhar um novo mapa eleitoral não somente para os países envolvidos, mas para a região em seu conjunto à espera do que se considera um ano decisivo (2018), quando haverá renovação presidencial nas duas principais economias da região (México e Brasil), assim como em dois países de tanta importância e tão significativos pelos processos internos que se estão vivendo, como são Colômbia e Venezuela. Além disso, Paraguai e Costa Rica também realizarão eleições.

2017 é um ano que, do ponto de vista eleitoral, é mais importante e transcendental do que pareceria à primeira vista. Já o ex-presidente argentino Eduardo Duhalde alertou que “se Macri não ganhar as eleições legislativas do ano que vem (2017), a Argentina poderá entrar em um momento muito difícil”.

No Equador a oposição tem mais opções que nunca de acabar com uma década de hegemonia da força encabeçada por Rafael Correa, enquanto Honduras pode acabar com toda uma tradição histórica, que remonta a mais de meio século, com o regresso e a possibilidade de reeleição na figura do atual presidente Juan Orlando Hernández.



“Mas não apenas a atual conjuntura conduz a uma transformação do modelo econômico, mas os sistemas políticos vivem as tensões próprias desse menor crescimento econômico”

O que parece claro é que a América Latina vive nestes momentos, e 2017 não será uma exceção, uma plena mudança de época tanto no âmbito econômico como no político. O final da Década Dourada (2003-2013), sustentada na bonança e no auge do preço das matérias primas, deu passo a um período de desaceleração econômica (2013-2017) que obriga os países a reformular seu próprio modelo de desenvolvimento e crescimento.

Uma matriz produtiva que, no novo contexto mundial, já não pode depender somente da exportação de commodities sem valor agregado, pois o desafio passa agora por construir economias mais produtivas e competitivas nas quais a ênfase seja em educação de qualidade e em melhores infraestruturas, em um Estado mais eficaz e eficiente que desenvolva políticas públicas que favoreçam a inovação e o empreendimento a fim de diversificar a produção e o destino das exportações.

Mas não apenas a atual conjuntura conduz a uma transformação do modelo econômico, mas os sistemas políticos vivem as tensões próprias desse menor crescimento econômico, o aumento da aversão dos cidadãos aos partidos, o incremento da pressão fiscal e a deterioração do funcionamento dos serviços públicos.

A região não escapa, nem se encontra isolada (não existe nenhum tipo de desacoplamento), e as transformações mundiais, geopolíticas e econômicas encontram um forte e rápido eco na região.

A nova dinâmica política regional é heterogênea, embora existam certos paralelismos de país a país, e pode resumir-se no predomínio das vitórias eleitorais de candidatos ou forças que se acham ideologicamente à centro-direita ou à direita; no progressivo enfraquecimento dos líderes, partidos e movimentos do “socialismo do século XXI”; no surgimento de candidatos anti-establishment ou com discurso antielite política com possibilidades de conseguir a vitória; em triunfos eleitorais ajustados e por escassa margem com celebração de segundo turno incluído nas presidenciais; e na cada vez mais frequente existência de “governos divididos” por lutas entre um legislativo e um executivo com cores políticas diferentes.

Nesse sentido, as eleições que terão lugar em 2017 aprofundarão a vigência de muitas dessas características, o que, por sua vez, supõe um precedente a ter em conta para o que acontecer no comparecimento às urnas em 2018.

“Não se pode falar de uma homogênea “guinada à direita”, dado que semelhante expressão esconde numerosas e significativas heterogeneidades”

2. O REFORÇO DA GUINADA À CENTRO-DIREITA

A região vive um pleno processo de transição econômica e mudança de ciclo político. Ao predomínio dos presidentes e partidos de esquerda (de esquerda moderada ou esquerda próxima ou restrita ao “socialismo do século XXI”), progressivamente hegemônicos de 1998 a 2013, passou-se a uma nova época em que forças e candidatos situados na direita (Jimmy Morales) e na centro-direita (Mauricio Macri ou a MUD na Venezuela) obtêm importantes vitórias eleitorais.

Não se pode falar de uma homogênea “guinada à direita”, dado que semelhante expressão esconde numerosas e significativas heterogeneidades. Exemplo disso é Mauricio Macri, quem se situa como a imagem prototípica e arquetípica dessa guinada à direita em sua condição de “liberal” e empresário, mas que, de forma pragmática, lidera um governo de coalizão

no qual convivem forças de centro-direita (seu próprio partido, o Pro) com partidos de centro-esquerda (Coalizão Cívica) e que se vinculam à internacional social-democrata (a União Cívica Radical).

Além destas importantes ressalvas, a verdade é que esse predomínio do centro-direita se porá à prova em Honduras e Chile, onde os presidentiáveis e as forças de centro-direita partem com vantagem e poderiam prolongar uma mudança de tendência que se vem produzindo na região desde 2015 e que se aprofundou no ano que terminou.

As eleições locais que se realizaram em 2016 no México (junho), no Chile e no Brasil (ambas em outubro) vieram reforçar essa guinada já que esses três processos eleitorais evidenciaram um forte avanço das alternativas de centro-direita e uma importante descida das de centro-esquerda. Estes resultados inseriram-se dentro da crescente punição que estão sofrendo os oficialismos (Nova Maioria no Chile) ou os que foram até muito pouco tempo atrás (o PT no Brasil).

Essas derrotas das diferentes esquerdas (Nova Maioria nas eleições locais chilenas de 2016 e o chavismo nas legislativas venezuelanas de 2015) vêm acompanhadas também da emergência de novas figuras da centro-direita (Mauricio Macri na Argentina e Pedro Pablo Kuczynski no Peru).

Tabela 1. Eleições na América Latina em 2017

PAÍS	DATA
EQUADOR	19 de fevereiro (presidenciais e legislativas) 2 de abril (segundo turno das presidenciais)
MÉXICO	4 de junho (eleições locais no Estado de México, Veracruz, Coahuila e Nayarit)
ARGENTINA	27 de outubro (eleições legislativas)
CHILE	19 de novembro (eleições presidenciais e legislativas)
HONDURAS	26 de novembro (presidenciais e legislativas)
NICARÁGUA	November (eleições municipais)
CHILE	17 de dezembro (segundo turno presidenciais)

“Em 2016 produziram-se novas derrotas dos oficialismos com duas exceções: o triunfo de Danilo Medina na República Dominicana e o de Daniel Ortega na Nicarágua”

Como se pode comprovar no seguinte quadro, as tendências de direita e centro-direita triunfaram em oito das nove eleições ou consultas que foram realizadas em países da América Latina desde o final de 2015 até o final de 2016, sendo a única exceção a reeleição de Daniel Ortega na Nicarágua (excluem-se as eleições do México em 2016 porque não se deram à escala nacional, mas apenas em determinados estados):

Em 2015 duas eleições mostraram-se muito emblemáticas como imagem da punição que estão sofrendo os oficialismos de esquerdas: na Argentina, o kirchnerismo, após 12 anos no poder, foi despejado da Casa Rosada. Outra derrota de um oficialismo de esquerda ocorreu na Venezuela também em 2015. Em dezembro desse ano a oposição antichavista, reunida ao redor da Mesa de Unidade Democrática, conseguia ganhar por primeira vez desde 1998 em eleições do chavismo e transformava-se em majoritária no legislativo.

Em 2016 produziram-se novas derrotas dos oficialismos com duas exceções: o triunfo de Danilo Medina na República Dominicana e o de Daniel Ortega na Nicarágua. Pelo contrário, Evo Morales viu como sua aposta continuísta era rechaçada em referendo em fevereiro.

Para 2017 as eleições mostram a coalizão opositora de centro-direita Chile Vamos, com Sebastián Piñera como possível candidato presidencial, como favorito para ganhar as eleições presidenciais apesar de a sua vantagem ir diminuindo diante da emergência de um político que aspira a encarnar a renovação desde o atual oficialismo de centro-esquerda (Alejandro Guillier).

Piñera é um candidato sólido, com experiência (foi presidente entre 2010 e 2014) e que no interior de sua coalizão não encontra sérios rivais. Foi o claro favorito para ganhar durante todo o ano de 2016, embora nos últimos meses tenha sofrido um estancamento na intenção de voto e uma leve baixa que se traduziu em ver como sua vantagem ia minguando até quase desaparecer.

No dia de hoje (janeiro de 2017) Guillier é a opção mais competitiva do Nova Maioria e o único que no segundo turno poderia derrotar Piñera. O ex-presidente lidera a intenção de voto para as eleições de novembro deste ano e o senador independente Alejandro Guillier consolida-se com força

Tabela 2. Resultados eleitorais na América Latina durante o biênio passado

PAÍS	RESULTADO
GUATEMALA (2015)	Vitória de Jimmy Morales nas presidenciais (direita)
ARGENTINA (2015)	Triunfo de Mauricio Macri nas eleições presidenciais (centro-direita)
VENEZUELA (2015)	Vitória da antichavista Mesa de Unidade Democrática nas legislativas
BOLÍVIA (2016)	Derrota de Evo Morales no referendo para reformar a constituição
PERU (2016)	Vitória do liberal Pedro Pablo Kuczynski nas eleições presidenciais
REPÚBLICA DOMINICANA (2016)	Reeleição de Danilo Medina (centro-direita)
CHILE (2016)	Vitória da coalizão de centro-direita Chile Vamos nas eleições locais
BRAZIL (2016)	Triunfo dos partidos de centro-direita nas eleições municipais
NICARAGUA (2016)	Reeleição de Daniel Ortega (esquerda)

“Uma parte do eleitorado parece mais receptiva à mensagem de figuras que procedem de fora da política”

na corrida eleitoral, segundo a pesquisa de janeiro do Centro de Estudios Públicos (CEP). Piñera tem 20 % das preferências de voto, 6 pontos mais do que na sondagem anterior do CEP, publicada em agosto do ano passado.

O senador Guillier, que é próximo ao Partido Radical (social-democrata), ocupa o segundo lugar com 14 % de intenção de voto, 13 pontos mais que na última pesquisa de mediados de 2016. A candidatura de Guillier deixou em segundo plano as intenções presidenciais do ex-mandatário Ricardo Lagos, que tem 5 % de intenção de voto, a mesma que em agosto de 2016.

Onde não parece haver punição ao oficialismo e sim confirmação da guinada à centro-direita é em Honduras. Neste país centro-americano insinua-se o triunfo de Juan Orlando Hernández, quem conseguiu que os tribunais eleitorais lhe permitissem ir à reeleição, e que conta com um forte apoio social: os resultados da última pesquisa Cid Gallup mostram que Hernández é o personagem com maior popularidade com 54 % de opiniões favoráveis.

3. CANDIDATOS ANTI-ESTABLISHMENT

Uma das sequelas da crise econômica de finais da década passada e princípios da atual foi o aumento dos níveis de aversão aos sistemas de partidos e à

“classe política”, o que provocou o surgimento de novas lideranças e diferentes alternativas políticas que põem em dúvida os modelos de desenvolvimento (Brexit) e as lideranças tradicionais (Donald Trump).

Uma parte do eleitorado parece mais receptiva à mensagem de figuras que procedem de fora da política, alheias às práticas clientelistas e pouco transparentes e que possuem uma linguagem clara e direta, diferente das velhas formas e maneiras dos políticos e partidos tradicionais.

Esta tendência mundial (ocorreu na Espanha com a ascensão de partidos como Podemos ou nos Estados Unidos com o triunfo de Donald Trump) tem também seu eco na América Latina. Na realidade, já ocorreu nas eleições de 2015 com a vitória de Jimmy Morales na Guatemala, quem fez de sua inexperiência (era ator de televisão e portanto provinha de fora do mundo da política) sua principal bandeira eleitoral – quase sua única bandeira (seu lema era “Nem corrupto nem ladrão”).

Nas eleições de 2017 o caso mais claro de uma liderança emergente que se apoia em uma mensagem dirigida contra a classe política tradicional pode acontecer no Chile, onde o desencanto dos cidadãos pela desaceleração e o fracasso da agenda reformista do governo de Michelle Bachelet criaram

“A América Latina está-se povoando de países com “governos divididos”, nos quais os chefes de Estado não têm maioria nem respaldo suficiente”

um caldo de cultivo para a ascensão de “outsiders” com ideias anti-establishment.

No Chile, esse recusa aos partidos e à classe política, a aversão ao sistema e um desencanto muito extenso provocaram a emergência de figuras como Alejandro Guillier, que se apresenta como alternativa a políticos históricos como Ricardo Lagos e Sebastián Piñera.

A sondagem semanal de Cadem revelou ao final de 2016 que o legislador continua sendo a melhor opção oficialista, com 15% das preferências, enquanto Lagos obtém apenas 6%. Além disso, a pesquisa Cerc-Mori assinalava que Guillier venceria o ex-presidente Sebastián Piñera no segundo turno.

O senador independente Alejandro Guillier, que recolhe a mensagem da antipolítica onde encarna a rebelião dos independentes diante da elite tradicional, apresenta-se como um político que vem de baixo em comparação com os empresários metidos a políticos: “Tenho muito apreço por ele (por Piñera), acho-o uma pessoa muito capaz, mas gosto que se dedique aos negócios e que deixe a política aos que são políticos para que não haja conflito de interesses... um presidente “não pode dedicar-se a ganhar dinheiro e também governar o país, ou uma coisa ou outra”.

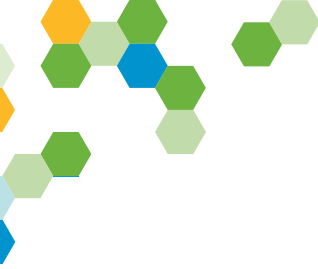
4. GOVERNOS DIVIDIDOS E REFORMAS ESTRUTURAIS

A região, em geral, enfrenta um período no qual deve, de uma forma ou de outra, pôr em marcha profundas reformas estruturais para sair do atual baixo crescimento (crise ou forte desaceleração em alguns casos).

Esta necessidade coincide com uma conjuntura histórica na qual se fracionou e dividiu o voto e os velhos partidos desapareceram, entraram em decadência ou perderam cotas de poder e influência. Isto deu lugar ao que se conhece como “governos divididos”, onde a bandeira política do executivo não coincide com o predomínio político no legislativo: a consequência direta são frequentes paralisias legislativas ao não se alcançarem acordos de Estado entre o presidente e uma oposição, majoritária ou predominante nas câmaras.

A América Latina está-se povoando de países com esse tipo de “governos divididos”, nos quais os chefes de Estado não têm maioria nem respaldo suficiente no Legislativo. Isso causa importantes problemas de governabilidade se não se conseguem pactos políticos para impulsionar as reformas.

Na América Latina existe uma situação semelhante, de governos divididos, com maior



“O modelo presidencialista latino-americano, hiperpresidencialista em muitas ocasiões, entra em colisão com parlamentos heterogêneos”

ou menor intensidade, na Argentina, com a complexa convivência entre Macri e os diferentes peronismos; no Brasil, sobretudo durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff; no Peru de Pedro Pablo Kuczynski, que mantém um difícil equilíbrio com o fujimorismo, que tem maioria absoluta no Legislativo.

Ocorrem situações semelhantes em Guatemala, El Salvador, Costa Rica, Panamá e México, sobretudo desde que deixou de funcionar o Pacto pelo México que o governo de Peña Nieto impulsionou junto aos partidos opositores (PAN e PRD) e que permitiu que fossem levadas adiante reformas de grandes repercussões como a das telecomunicações ou a energética.

Quando se dá um caso de “governo dividido”, em ocasiões, a situação pode degenerar em um claro choque de legitimidades entre um presidente eleito por sufrágio universal direto e um Legislativo opositor ao chefe do Estado que também conta com uma legitimidade surgida das urnas.

Assim, o modelo presidencialista latino-americano, hiperpresidencialista em muitas ocasiões, entra em colisão com parlamentos heterogêneos. Os exemplos dessa tensão Legislativo-Executivo abundam na presente conjuntura, sendo o mais sobressalente o choque de trens institucional

na Venezuela após as eleições legislativas do 6-D de 2015: o antichavismo, reunido ao redor da Mesa de Unidade Democrática, desde então majoritário na Assembleia Nacional, colidiu em reiteradas oportunidades com o chavismo que controla a presidência (Nicolás Maduro), o poder judicial (Tribunal Supremo de Justiça) e o poder comunal, conduzindo ao país a uma paralisia legislativa e uma crise institucional.

Em 2016 o Peru começou a experimentar de forma mais profunda o que é um “governo dividido” entre um presidente, Pedro Pablo Kuczynski, que derrotou por estreita margem no segundo turno das presidenciais Keiko Fujimori, e um legislativo onde a Força Popular (o fujimorismo), com 72 cadeiras, conta com a maioria absoluta de uma câmara de 120 deputados. Os primeiros passos da administração Kuczynski foram acompanhados pelo respaldo à sua gestão da oposição fujimorista, que votou e deu sua confiança ao gabinete encabezado por Fernando Zavala e em seguida respaldou a concessão de poderes extraordinários ao governo. No entanto, em finais de 2016, a relação entre o executivo e o fujimorismo trincou, tendo de ser mediada pelo arcebispo de Lima, o cardeal Juan Luis Cipriani, para propiciar uma reunião entre Keiko Fujimori e o presidente a fim de superar o impasse.

“Nenhuma força tem em sua mão, segundo as pesquisas, uma maioria absoluta nem decisiva”

Os três países que celebram eleições presidenciais e os dois que têm comparecimento às urnas de caráter legislativo ou local em 2017 enfrentam conjunturas complexas nas quais vai ser necessário, em curto prazo, aplicar fortes ajustes (Equador), ampliar as reformas já iniciadas (Argentina) ou impulsionar novas (Chile). E esta conjuntura vai produzir-se com parlamentos sem maiorias claras (Argentina) ou possivelmente muito fraturados (Chile e Equador).

Em especial, as eleições legislativas de outubro na Argentina são, neste sentido, muito importantes para a governabilidade do país, para marcar o grau de apoio ou deterioração do governo de Macri, após dois anos de gestão, e para discernir o futuro político em relação às eleições presidenciais de 2019.

Mauricio Macri demonstrou nestes primeiros meses de governo ter um bom jogo de cintura política que lhe permitiu pactuar com seus teóricos rivais (o peronismo e o gremialismo) e manter sólida a heterogênea aliança na qual sustenta seu governo. Em 2017 o cenário muda porque se realizarão eleições de meio termo na Argentina, onde o governo de Macri, e a coalizão na qual se sustenta, Mudemos, jogam uma parte considerável de seu capital político na renovação da metade da Câmara dos Deputados e um terço do Senado.

As primárias abertas e obrigatórias, em agosto, convertem-se, por sua vez, quase em simulacro das eleições legislativas que se celebrarão na terceira semana de outubro. Perder neste pleito levaria o governo a enfrentar seu último biênio (2017-2019) numa posição de debilidade, pois ficaria ferido politicamente, precisando, ainda mais, do respaldo dos setores opositores mais dialogantes: Sergio Massa e o peronismo não kirchnerista, os quais estariam pensando mais numa estratégia para ganhar as presidenciais de 2019 do que em dar viabilidade ao projeto macrista em toda sua extensão.

Tudo indica, de todas as formas, que não haverá grandes mudanças quanto aos equilíbrios legislativos. Nenhuma força tem em sua mão, segundo as pesquisas, uma maioria absoluta nem decisiva, e o máximo que cabe esperar é um leve reforço da situação parlamentar do governo ou, talvez, um leve enfraquecimento.

Ainda que ganhe as eleições de 2017, Mudemos não alcançaria a maioria no Congresso: melhoraria, previsivelmente, na Câmara dos Deputados, mas continuaria em minoria no Senado. O cenário mais provável é que o oficialismo aumente a quantidade de deputados, mas não de forma considerável. O que parece provável é que o governo continue dependendo dos acordos que for fazendo com o

“Em 6 dos 8 países desse âmbito geográfico existiam já em 2013 governos de centro-direita”

peronismo e, sobretudo, com os governadores, que são determinantes no comportamento do Senado. Mas no governo e na opinião pública a ideia que subjaz é que as eleições convalidarão ou suporão uma recusa à gestão macrista e, portanto, os investidores encontram-se à espera do resultado eleitoral para saber se as medidas de reforma econômica continuarão entre 2017 e 2019 e se se prolongarão após 2019.

5. ENFRAQUECIMENTO DAS LIDERANÇAS E PARTIDOS ALIADOS OU VINCULADOS AO SOCIALISMO DO SÉCULO XXI

Salvo pelo contundente triunfo em 2016 de Daniel Ortega nas eleições presidenciais na Nicarágua, o resto de forças, líderes e movimentos próximos, aliados ou pertencentes ao “socialismo do século XXI” sofreram um claro retrocesso desde 2015.

A região atravessou uma heterogênea “guinada à esquerda” entre 2005 e 2009 com a vitória de Evo Morales na Bolívia (2005), de Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), de Rafael Correa no Equador (2006) e de Daniel Ortega na Nicarágua (2007), que se uniram a figuras como Hugo Chávez na Venezuela (desde 1999), Ricardo Lagos no Chile (desde 2000) e Lula no Brasil (desde 2003). Tratava-se de uma esquerda

muito heterogênea e dificilmente compatível de ser englobada em uma única categoria: em realidade, na região coexistiam, e coexistem, três grandes tendências políticas.

Uma década atrás, quando se cunhou o famoso conceito de “guinada à esquerda”, este termo ignorava não só a heterogeneidade dessa esquerda, mas a existência de partidos de centro-direita no poder, como o PAM no México e o uribismo na Colômbia.

Mas desde 2013 essa situação foi ficando mais marcada, pois a centro-direita passou a governar de forma majoritária na América do Norte (o PRI de Enrique Peña Nieto no México), na América Central (Otto Pérez Molina/Jimmy Morales na Guatemala, Porfirio Lobo/Juan Orlando Hernández em Honduras, Laura Chinchilla na Costa Rica e Ricardo Martinelli/Juan Carlos Varela no Panamá) e no Caribe (Danilo Medina na República Dominicana).

Ou seja, em 6 dos 8 países desse âmbito geográfico existiam já em 2013 governos de centro-direita, com as exceções de Mauricio Funes, e depois Salvador Sánchez Cerén, em El Salvador (que era um executivo de centro-esquerda democrático e reformista) e Daniel Ortega na Nicarágua.

Na América do Sul, um triênio atrás havia três governos de centro-direita (o de Juan

“Em 2017 e 2018 pode-se produzir uma avalanche de vitórias da centro-direita em uns casos e, em outros, a esquerda pode enfrentar sérias dificuldades nas urnas”

Manuel Santos na Colômbia, Horacio Cartes no Paraguai e Sebastián Piñera no Chile), 3 de centro-esquerda (Ollanta Humala no Peru, Dilma Rousseff no Brasil e José Mujica no Uruguai) e 4 do também heterogêneo socialismo do século XXI e aliados (Nicolás Maduro na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia e Cristina Kirchner na Argentina).

Tratava-se, portanto, de uma região dividida em três terços quase iguais, onde nenhuma das tendências obtinha um predomínio esmagador e onde as mudanças eleitorais mantinham a coexistência dessas mesmas tendências. Agora, neste biênio 2015-2017, a situação está inclinando-se mais claramente para a direita e tudo indica que esta situação poderia aprofundar-se nos próximos anos: em 2015 a vitória de Mauricio Macri em relação ao peronista Daniel Scioli pareceu abrir uma nova etapa na região marcada por governos de tendência centro-direitista.

Uma tendência que a vitória de Jimmy Morales em relação à “social-democrata” Sandra Torres na Guatemala e o triunfo nas legislativas venezuelanas da Mesa de Unidade Democrática em relação ao PUSV não fizeram senão reforçar. O final do kirchnerismo na Argentina (unido à derrota do chavismo nas legislativas de dezembro de 2015 ou o impeachment de Dil-

ma Rousseff em 2016) pode ser considerado como o arranque da mudança de tendência de alcance regional.

O ano 2016 foi atípico, pois só houve três eleições presidenciais (a da República Dominicana, onde se impôs o PLD de Danilo Medina; a do Peru, onde venceu Pedro Pablo Kuczynski; e na Nicarágua, onde triunfou sem problemas o sandinista Daniel Ortega).

Mas em 2017 e 2018 pode-se produzir uma avalanche de vitórias da centro-direita em uns casos e, em outros, a esquerda pode enfrentar sérias dificuldades nas urnas. Como aponta o politólogo Steven Levitsky “o retrocesso da esquerda tem duas causas principais. O primeiro é o desgaste natural depois de ter governado por três ou quatro períodos presidenciais. Poucos partidos ganham mais de três eleições presidenciais consecutivas (nos Estados Unidos, a última vez foi há quase 70 anos), e em democracia, quase nenhum ganha mais de quatro.

Depois de três períodos, os governos perdem os reflexos políticos, distanciam-se do povo, e muitas vezes, aumenta a corrupção. Ainda que não sejam muito corruptos (como no caso da Concertação no Chile), as pessoas se cansam. Mais cedo ou mais tarde, o desgaste afeta todos os governos. Doze anos (Argentina) ou 13 anos (Brasil)

“As pesquisas indicam que Lenín Moreno é o candidato com maior intenção de voto, mas muito longe do que Correa tinha historicamente”

no poder é muito. Nada é permanente na democracia. Ninguém governa para sempre”.

Além desse desgaste próprio da gestão de governo, existem outros fatores estruturais, vinculados ao novo contexto regional e internacional em matéria econômica como é o final do boom das matérias-primas.

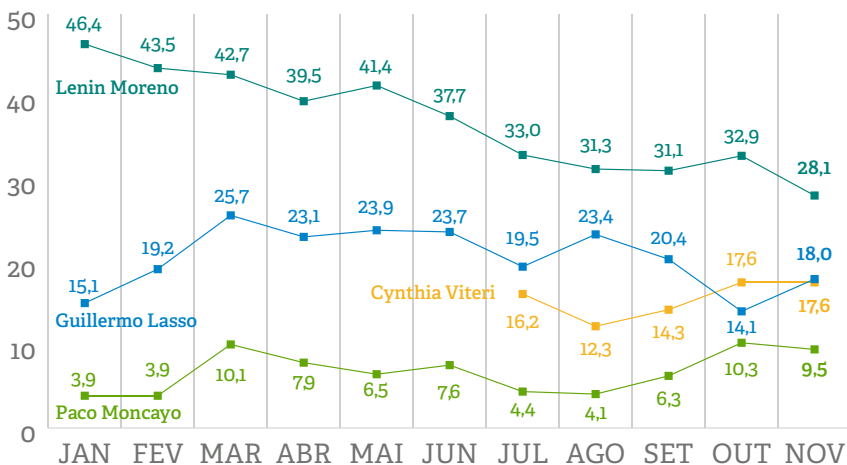
No Equador são palpáveis as dificuldades que atravessam os partidos da chamada esquerda bolivariana ou do “socialismo do século XXI” quando não têm seus líderes como principal cartel eleitoral e quando os pilares do modelo construído (altamente dependente das exportações de petróleo) se encontram danificados ou debilitados. O país andino celebra eleições presidenciais em feve-

reiro de 2017 com a incógnita se a governamental Aliança País, com Lenín Moreno como presidente, conseguirá prolongar a hegemonia do correísmo, no poder desde 2007.

Tudo indica que o candidato oficialista não poderá ganhar no primeiro turno, rompendo-se assim a tendência hegemônica em 2009 e 2013, quando Rafael Correa se impôs sem necessidade de disputar o pleito. O atual presidente foi reeleito em 2009 no primeiro turno com 51,9%, a mais de 20 pontos de Lucio Gutiérrez, quem obteve 28,2%. Em 2013 repetiu a vitória e conseguiu 57% em comparação com 24% de Guillermo Lasso.

As pesquisas indicam que Lenín Moreno é o candidato com maior intenção de voto, mas muito longe do que Correa tinha historicamente, e com certa tendência a descer. O atual presidente triunfou sobre a oposição em todos os terrenos desde que ganhou as eleições em 2006. Ganhou nas presidenciais (no segundo turno de 2006, em 2009 e em 2013), em referendos (2008 e 2011) e nas legislativas para a Assembleia Constituinte (2007). Nas presidenciais, Correa passou, entre 2009 e 2013, de 51% a 57% e aumentou sua vantagem de 23 a 33 pontos com respeito ao segundo mais votado. Se houver segundo turno em 2017, repetir-se-á a história do Equador de 1978 a 2006, quando sempre se decidiu o ocupante do Palácio de Carondelet nas urnas.

Figura 1. Preferências eleitorais: porcentagens por mês de 4 candidatos com maior aceitação (medições entre janeiro e novembro 2016)



Fonte: tabela publicada pelo jornal El Universo - Market (Blasco Peñaherrera & Asociados)

“O candidato oficialista à presidência ratificou sua proposta de apoiar os empreendimentos privados”

Lenín Moreno, quem tenta dar a impressão de incluir a todos e estar longe dos discursos mais polarizadores mais próprios de Rafael Correa, está baseando sua campanha em atrair seus partidários (evitando excessos de confiança e recuperando a mística do correísmo) e em buscar os desencantados da “Revolução Cidadã”.

Finalmente não hesitou em dirigir-se a setores claramente situados à frente do atual governo, em especial aos empresários. O candidato oficialista à presidência ratificou sua proposta de apoiar os empreendimentos privados caso seja eleito presidente: “Winston Churchill dizia que não devemos deslumbrar-nos do bem-estar do empresário, pois este é similar a um grande cavalo percherão que carrega um grande fardo. E tinha razão, pois o dono de qualquer empresa sabe como é duro conseguir os recursos, pagar aos funcionários, as responsabilidades financeiras e as despesas da indústria; por isso, os empresários sempre terão o meu respaldo se eu for eleito presidente”.

As pesquisas indicam também que a oposição, pelo menos a de centro-direita, se encontraria em condições de quase igualar Moreno no primeiro turno. Todavia, eles estão muito longe de se mostrar unidos. Portanto, embora tudo leve a pensar que Lenín Moreno será o mais votado no primeiro turno, a

grande luta centra-se em saber quem ficará em segundo. E nessa luta encontram-se dois candidatos de similar perfil político: Guillermo Lasso, do movimento CREO, e Cynthia Viteri (PSC-MG).

Uma pesquisa da empresa Cedatos, de finais de dezembro, colocava o candidato oficialista, o ex-vice-presidente Lenín Moreno, em primeiro lugar nas intenções de voto com 35,6%, seguido por Lasso, com 22,3% (Moreno obtinha 36,2% em novembro e Lasso 22%). Segundo esta pesquisa, a social-cristã Viteri figurava em terceiro lugar com 10,9%, seguida pelo ex-prefeito de Quito, Paco Moncayo, da social-democrata Esquerda Democrática, com 6,9%. Os quatro candidatos restantes figuravam com menos de 4%.

6. CONCLUSÕES: RETRATO DE 2017 E ANTECIPAÇÃO DE 2018

As eleições que serão celebradas na América Latina em 2017 vão continuar desenhando um retrato da situação política de cada país e, por sua vez, da região em geral, que se perfilará por completo no decisivo ano de 2018.

Um retrato que mostrará, por exemplo no Equador, se persistir o atual refluxo que estão vivendo os movimentos, partidos e lideranças vinculados ao “socialismo do século XXI”,

“Piñera conseguiu conter a descida na intenção de voto, mas seu crescimento é pequeno em comparação com Guillier, que experimentou um aumento espetacular no segundo semestre de 2016”

que em 2013 viu como desaparecia seu líder mais carismático (Hugo Chávez) e que em 2017 perde outro de seus referentes, Rafael Correa.

Mas não é só o final de uma liderança em concreto, mas o marco político-eleitoral transforma-se no Equador já que o correísmo parece que não será capaz de vencer no primeiro turno e o voto unificado opositor (Lasso, Viteri e Moncayo) tem opções de vitória nas urnas.

Também o que ocorrer em 2017 pode transformar-se num bom retrato para saber se as opções anti-establishment que estão emergindo não só na região mas no mundo contam com novos exemplos. As eleições presidenciais no Chile mostram o momento que atravessam muitos dos países da região: de lento crescimento econômico que desvela um modelo de desenvolvimento baseado na exportação de commodities, que claramente se encontra esgotado. No meio, uma sociedade que vivencia grandes transformações desde 1990 e que reivindica mudanças nas formas e no fundo de fazer política que dois candidatos tradicionais como Sebastián Piñera e Ricardo Lagos se encontram longe de poder cumprir. Isso abre as portas a novas alternativas, como a de Alejandro Guillier: uma cara nova no cenário político, significativamente mais jovem que Piñera, e muito mais do que Lagos, e que embandeira uma

nova forma de fazer política com uma linguagem contra as elites tradicionais.

Ele parece identificar-se melhor com uma parte do eleitorado cansado da classe política tradicional e que anseia por mudanças e renovação. No momento, Piñera conseguiu conter a descida na intenção de voto, mas seu crescimento é pequeno em comparação com Guillier, que experimentou um aumento espetacular no segundo semestre de 2016, mas que desperta sérias dúvidas sobre se será capaz de manter semelhante progressão.

O retrato de países com governos divididos entre um Executivo de uma tendência política e um Legislativo de outra diferente que provoca sérios problemas de governabilidade ou de paralisia institucional terá um capítulo especial na Argentina, em eleições legislativas cruciais para se conhecer a viabilidade ou não do projeto encabeçado por Mauricio Macri. Em 2018 muito provavelmente os presidentes que forem eleitos não contarão com maioria no Legislativo em países como Costa Rica, Brasil e México.

Além disso, esse retrato completa-se em Honduras, onde podem confirmar-se não só as tendências para uma reeleição que caracterizam a região desde os anos 90 e que vão aumentando nos últimos decênios, mas também a guinada à direi-

“Em todos os pleitos eleitorais de 2017 e de 2018, uma constante será a dos resultados acirrados”

ta. O Partido Nacional, situado na direita do espectro político, não só conseguiu que as autoridades judiciais e eleitorais admitissem a possibilidade da reeleição (o Tribunal Supremo Eleitoral acatou uma sentença emitida em abril de 2015 pelo Tribunal Supremo de Honduras que instaura a reeleição presidencial em qualquer de suas formas), mas que tem no atual presidente, Juan Orlando Hernández, o favorito para conservar o poder para além de 2017.

As eleições de 2017 são não apenas um retrato, mas também supõem uma antecipação do que pode acontecer em 2018, por exemplo, no México, já que o Estado do México celebra eleições para governador em 2017. Trata-se de um território que sempre esteve nas mãos do PRI e que deu um presidente, Enrique Peña Nieto. O PRI leva vantagem sobre o PAM nas preferências eleitorais da eleição para governador no Estado do México, segundo pesquisas dos jornais El Universal e Reforma.

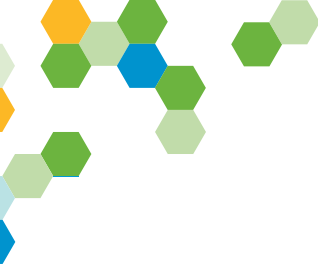
Olhando para trás, Peña Nieto começou a ser considerado como o grande favorito em 2012 quando conseguiu que o homem que escolhera, Eruvuiel Ávila, fosse eleito governador em 2011. Agora a jogada é parecida com vistas para 2018. O PRD e o PAM buscam como conquistar o Estado do México para assestar um golpe demolidor ao PRI e diminuir suas possibilidades de ganhar a presidência em 2018.

Um triunfo no Estado do México deixaria o PAM, que esteve no poder entre 2000 e 2012, mais perto de regressar a Los Pinos. Inclusive existe outra opção: uma aliança contranatura e anti-PRI entre o esquerdista PRD e o centro-direitista PRD. O PRI vê o triunfo no Estado do México em 2017 como um trampolim para seguir controlando a presidência no sexênio 2018-2014. Por último, Andrés Manuel López Obrador, líder nacional do partido Morena, vê a oportunidade de se transformar no principal partido da esquerda superando o PRD.

Em todos os pleitos eleitorais de 2017 e de 2018, uma constante será a dos resultados acirrados. As vitórias avassaladoras no primeiro ou no segundo turno muito desequilibrado são acontecimentos do passado na maioria dos casos.

Lenín Moreno muito possivelmente terá que enfrentar as urnas; Piñera parte como favorito no Chile, mas sua diferença é muito pequena diante do mais competitivo dos pré-candidatos oficialistas (Guillier); e na Argentina nem Macri nem os diferentes oficialismos conseguirão desequilibrar a balança que existe no âmbito legislativo nas eleições de meio termo.

Finalmente, 2017 e 2018 podem acabar mostrando que a derrota do kirchnerismo na Argentina, do chavismo nas eleições legislativas da Venezuela, ou de Evo Morales no referendo de



“A demagogia e o populismo estão longe de encontrar-se em decadência ou a ponto de desaparecer na América Latina”

fevereiro de 2016 não supõe o final dos modelos “populistas” nem mostra que estes estavam em retirada em uma região que estava empreendendo uma “guinada à direita”.

A demagogia e o populismo estão longe de encontrar-se em decadência ou a ponto de desaparecer na América Latina. De fato, tudo indica que reaparecerá sob outros rostos, ainda que, talvez, já não sob a forma de “socialismo do século XXI”.

Como aponta para o caso chileno José Joaquín Brunner em *El Líbero*: “Nos meses que vêm

precisaremos estar atentos aos avanços do populismo no mundo, mas, além disso, evitar que no Chile surjam fenômenos similares. Nenhuma democracia está a salvo das tentações do populismo. Sobretudo quando a democracia se encontra debilitada, as elites andam desnudas nas ruas, a situação econômica é estreita, os partidos não gozam da confiança do povo e o governo caminha para o término de seu período tendo deixado atrás de si uma trilha de ilusões frustradas e um desbaratamento real na gestão dos assuntos públicos”.

S/A LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio fundador e presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e diretor geral corporativo de
Talentos, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e diretor geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e diretor geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO DE TALENTO

Daniel Moreno
Diretor de Talento
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de Talento
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Eva Pérez
Gerente de Talento
para América do Norte, América
Central e Caribe
eperez@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de Talento para
Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócio e diretora geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e vice-presidente
Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e diretor sénior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Jordi Sevilla
Vice-presidente de
Contexto Económico
jsevilla@llorenteycuenca.com

Latam Desk
Claudio Vallejo
Diretor sénior
cvallejo@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora geral de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Impossible Tellers
Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. +351 21 923 97 00



Sergio Cortés
Sócio. Fundador e presidente
scortes@cink.es

Muntaner, 240, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

EUA

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e diretor geral
edela Fuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

Nova Iorque

Latam Desk
Lorena Pino
Consultora sénior
lpino@llorenteycuenca.com

Abernathy MacGregor
277 Park Avenue, 39th Floor
New York, NY 10172
Tel. +1 212 371 5999 (ext. 374)

Washington, DC

Ana Gamonal
Diretora
agamonal@llorenteycuenca.com

10705 Rosehaven Street
Fairfax, VA 22030
Washington, DC
Tel. +1 703 505 4211

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

Cidade do México

Juan Rivera
Sócio e diretor geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, Cidade do México
Tel. +52 55 5257 1084

Havana

Pau Solanilla
Diretor geral para Cuba
psolanilla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Panamá

Javier Rosado
Sócio e diretor geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Sortis Business Tower, piso 9
Calle 57, Obarrio - Panamá
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Sócia e diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B - of. 501
Tel. +57 1 7438000

LIMA

Luis Miguel Peña
Sócio e diretor sénior
lmpena@llorenteycuenca.com

Humberto Zogbi
Presidente
hzogbi@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero - Edificio World Trade
Center - Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e gerente geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Daniel Valli
Diretor geral e diretor sénior
de Desenvolvimento de
Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Maira Da Costa
Diretora
mdacosta@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



**d+i desenvolvendo
ideias**
LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Desenvolvendo Ideias é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias**.

www.desenvolvendo-ideias.com
www.revista-uno.com